

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

**SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

**SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

**SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 408   
Brasília - DF, Brasil CEP 70.053-900

Telefone: (+55 61) 2027-7770 – [decom@mdic.gov.br](mailto:decom@mdic.gov.br)

**QUESTIONÁRIO DO PRODUTOR/EXPORTADOR**

Revisão de final de período da medida compensatória aplicada sobre as importações brasileiras de Filme PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Processo Administrativo SECEX nº 52272.004301/2020-68

Contato: (+55 61) 2027-7357 ou filmepetcvd@mdic.gov.br

# INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este questionário tem por objetivo reunir informações necessárias à revisão de final de período da medida compensatória aplicada sobre as importações brasileiras de Filme PET, comumente classificadas no subitem 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99, da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias de República da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. A SDCOM também investigará outros programas identificados no curso da revisão que potencialmente conferem subsídios à produção, fabricação, ou exportação do produto objeto da revisão.
2. Além das instruções contidas neste questionário, devem ser observadas as orientações presentes na notificação relativa ao início da revisão e na Circular SECEX que deu início à revisão.
3. A resposta a este questionário deve ser capeada por documento assinado por pessoa que tenha poderes para atuar em nome da empresa, conforme modelo constante do Apêndice I.
4. Toda documentação a ser apresentada à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) deverá sempre fazer referência ao produto objeto da revisão e ao número do processo indicado na capa deste questionário.
5. Independentemente da apresentação de argumentos por parte do Governo da Índia, dos produtores/exportadores ou das demais partes interessadas, sobre a possibilidade de os programas listados a seguir estarem sujeitos a medidas compensatórias, as perguntas abaixo devem ser respondidas integralmente, exceto se instruído de outra forma.
6. Nenhuma pergunta ou seção deve ser deixada sem resposta. Refira-se claramente à questão específica que está sendo respondida. Responda às questões na ordem apresentada neste questionário. Informações tabuladas devem ser fornecidas de acordo com os formatos solicitados e devem ser claramente rotuladas.
7. As respostas devem ser claras e precisas, com indicação das fontes das informações fornecidas. Quaisquer informações consideradas relevantes ou pertinentes ao processo, mesmo que não tenham sido solicitadas, podem ser igualmente apresentadas.
8. Respostas ao questionário deverão refletir exclusivamente operações de venda da empresa, mesmo no caso de controlar ou de ser controlada, associada ou relacionada a importador brasileiro.
9. Em nenhuma hipótese serão aceitas respostas de produtor/exportador em conjunto com aquelas de importadores brasileiros.
10. A SDCOM poderá conduzir verificação(ões) **in loco**para examinar os registros da(s) empresa(s) e comprovar as informações fornecidas. Planilhas e documentos auxiliares utilizados na elaboração da resposta ao questionário devem ser preservados, para fins de eventual(is) verificação(ões) **in loco**.
11. Informações apresentadas em caráter confidencial deverão estar acompanhadas de fundamentação adequada para o pedido de confidencialidade e de resumo não confidencial das informações julgadas confidenciais. A impossibilidade de se apresentar resumo não confidencial deverá ser devidamente justificada.
12. Tanto as justificativas quanto o resumo não confidencial deverão constar da versão restrita da resposta ao questionário.
13. A versão confidencial da resposta ao questionário, assim como outras informações confidenciais, deverá conter a expressão **CONFIDENCIAL** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, em cor vermelha.
14. A versão restrita da resposta ao questionário deverá conter a expressão **RESTRITA** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, na cor azul.
15. Será dispensado tratamento de informação pública a todas as informações que não forem claramente identificadas como confidenciais ou restritas.
16. Deverão ser protocoladas no Sistema DECOM Digital, simultaneamente, uma versão confidencial e uma versão restrita da resposta ao questionário.
17. Recomenda-se que os arquivos sejam nomeados de forma curta, XX\_YYYY\_nome arquivo, sendo XX = número do arquivo (correspondendo à quantidade de arquivos enviada) e YYYY = tratamento do documento (CONF ou REST).
18. Os arquivos eletrônicos deverão estar, necessariamente, no formato “.pdf” ou no formato “.xlsx”.
19. Na preparação dos dados, sobretudo em tabelas no formato “.xlsx”, os campos alfabéticos devem ser alinhados à esquerda e os campos numéricos à direita.
20. As datas devem ser formatadas como campo de data, e não como campo alfabético, no formato 12/34/5678, sendo: posições 1 e 2 iguais a (=) dia, posições 3 e 4 iguais a (=) mês, posições 5 a 8 iguais a (=) ano.
21. Dados correspondentes a valores monetários devem ser preenchidos separando-se os milhares por ponto e os centavos por vírgula. Exemplo: 2.550,30.
22. Todos os campos devem ser preenchidos. Caso não haja resposta para campos numéricos, digitar o número zero; caso não haja resposta para campos alfanuméricos, digitar as palavras “nenhum”, “não aplicável” ou “não disponível”, conforme o caso, explicando a razão.
23. Todas as planilhas devem conter a memória de cálculo e todas as fórmulas utilizadas.
24. Solicita-se que os documentos entregues em formato PDF sejam pesquisáveis. Quando digitalizados, que sejam processados preferencialmente com tecnologia OCR para possibilitar a pesquisa de conteúdo. No caso de documentos nato-digitais, recomenda-se que o conteúdo seja indexado e passível de busca.
25. O prazo de 40 dias para resposta ao questionário inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de expedição da correspondência que capeia esse questionário. Eventuais pedidos de prorrogação desse prazo em até 30 dias deverão ser solicitados dentro do prazo original para resposta e conter justificativa. Tais pedidos serão examinados levando-se em conta os prazos da revisão.
26. De acordo com a Portaria SECEX no 30, de 8 de junho de 2018, a resposta ao questionário deve ser protocolada por meio do Sistema DECOM Digital.

# INFORMAÇÕES GERAIS

1. **Produto objeto de revisão:**

**Filme PET**, comumente classificado nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da NCM, exportado da República da Índiapara o Brasil.

O produto consistem em filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno), de espessura igual ou superior a 5 micrômetros, e igual ou inferior a 50 micrômetros, metalizado ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona.

Estão excluídos do escopo do produto objeto da revisão (lista não exaustiva):

• importações de Filme PET com espessura fora da faixa especificada (5μ =< e =<50μ);

• importações de Filme de BOPP;

• importações de película fumê automotiva;

• importações de filme de poliéster com silicone;

• importações de rolos para painéis de assinatura;

• importações de filtros para iluminação;

• importações de filmes, chapas, placas de copoliéster PET-G (termoencolhível);

• importações de etiquetas de poliéster;

• importações de folhas de tinteiro;

• importações de filme PET holográfico, microimpresso;

• importações de folha de teste padrão de magnetismo;

• importações de fitas para unitização de carga; e

• importações de Filme PET já processados para outros fins (produto acabado).

1. **Período de revisão** **de continuação ou retomada da concessão de subsídios (doravante “período de revisão de subsídios”):**

Outubro de 2018 a Setembro de 2019.

1. **Período de revisão de continuação ou retomada do dano (doravante “período de revisão de dano”):**

Outubro de 2014 a Setembro de 2019, dividido em cinco períodos, conforme especificado abaixo:

P1 – Outubro de 2014 a Setembro de 2015

P2 – Outubro de 2015 a Setembro de 2016

P3 – Outubro de 2016 a Setembro de 2017

P4 – Outubro de 2017 a Setembro de 2018

P5 – Outubro de 2018 a Setembro de 2019

# SEÇÃO A - PERGUNTAS GERAIS

*Essa seção tem por objetivo obter informações que permitam traçar visão geral da empresa. São apresentadas abaixo questões sobre a estrutura operacional, legal e contábil da empresa, bem como sobre sua relação com partes relacionadas.*

## Dados da empresa

Nome da empresa tal qual consta de seus atos constitutivos:

Endereço:

Telefone:

Página eletrônica:

## Representante autorizado junto ao DECOM:

Atenção: Indicar apenas um representante e o respectivo endereço para o qual devem ser encaminhadas as correspondências da Subsecretaria.

Nome:

Função:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (email):

## Outras empresas sujeitas à revisão

Adicionalmente à resposta do produtor/exportador ao questionário, a SDCOM requer igualmente respostas de determinadas empresas relacionadas, conforme detalhado a seguir. A ausência de respostas a este questionário por parte de qualquer dessas empresas pode afetar os resultados a serem alcançados pelo produtor/exportador sob revisão. Doravante, a expressão “essa empresa” irá referir-se não somente à sua empresa, mas a todas as empresas requeridas a responder este questionário. Favor fornecer respostas separadas para cada questão e planilha do Microsoft Excel para cada uma das empresas relacionadas.

Exceto se especificado de forma diferente, as respostas às questões abaixo deverão referir-se ao período objeto de revisão.

A SDCOM recomenda o produtor/exportador a fornecer tão logo quanto possível para o governo da Índia uma lista de todas as empresas para as quais essa empresa está respondendo conjuntamente o questionário do exportador, de forma que o governo da Índia possa incluir essas mesmas empresas na sua própria resposta ao questionário.

**3.A Empresas exportadoras**

Se a sua empresa exportou o produto objeto da revisão produzido por outras empresas no seu país durante o período de revisão, então essa empresa deve fornecer resposta completa do questionário para todas as empresas produtoras que forneceram o produto objeto da revisão para sua empresa.

**3.B Trading companies**

Se a sua empresa exporta o produto objeto da revisão para **trading company** relacionada que em seguida exporta o produto objeto da revisão para o Brasil, então a sua empresa deve fornecer resposta completa do questionário para todas essas **trading companies**. Caso haja **trading companies** não relacionadas que exportaram o produto dessa empresa para o Brasil, identifique-as.

**3.C Empresas relacionadas ou associadas**

Favor fornecer as seguintes informações para todas as empresas relacionadas ou associadas:

1. A identidade de todas as empresas com as quais a sua empresa é relacionada ou associada, incluindo o nome completo e endereço de cada empresa.
2. Descrever em detalhe a natureza do relacionamento entre essa empresa e aquelas empresas listadas em resposta à questão anterior. Especificar, por exemplo, se uma delas ocupam cargo de responsabilidade ou de direção em empresa da outra; se forem legalmente reconhecidas como associados em negócios; forem empregador e empregado; qualquer pessoa, direta ou indiretamente, possuir, controlar ou detiver cinco por cento ou mais das ações ou títulos emitidos com direito a voto de ambas; se uma delas, direta ou indiretamente, controlar a outra, inclusive por intermédio de acordo de acionistas; se forem ambas, direta ou indiretamente, controladas por uma terceira pessoa; se juntas controlarem direta ou indiretamente uma terceira pessoa; ou se forem membros da mesma família; ou ainda se houver relação de dependência econômica, financeira ou tecnológica com clientes, fornecedores ou financiadores.
3. A sua empresa deve fornecer resposta completa a este questionário para empresas relacionadas ou associadas se uma das seguintes situações existir:
   * + A empresa relacionada ou associada produziu o produto objeto da revisão;
     + A empresa relacionada ou associada é a matriz, controladora ou **holding** da sua empresa;
     + A empresa relacionada ou associada fornece insumos para essa empresa para produção do produto à jusante produzido pela empresa respondente;
     + A empresa relacionada ou associada recebeu um subsídio e o transferiu, de qualquer forma, para a sua empresa.

**3.D Proprietários anteriores/alterações societárias**

A SDCOM aloca os benefícios recebidos de certos tipos de subsídios ao longo do tempo (por exemplo, injeções de capital, garantias não recorrentes, perdão de dívida, isenções ou reduções de imposto de importação ou VAT em bens de capital, etc).

Dessa forma, adicionalmente aos alegados subsídios investigados que a sua empresa pode ter recebido durante o período de revisão, a Subsecretaria também está investigando subsídios não recorrentes, e portanto, alocáveis, que a sua empresa pode ter recebido durante o período de vida útil média dos ativos fixos da indústria em questão. Por essa razão, a empresa deve responder este questionário para todas as empresas relacionadas ou associadas que satisfazem as condições listadas no item 3.C acima para o período de vida útil média dos ativos fixos. Por exemplo, se sua empresa foi relacionada ou associada a outra empresa durante o período de vida útil média dos ativos fixos, mesmo antes do período de revisão, sua empresa deve incluir uma resposta em nome da empresa relacionada ou associada em questão.

Por fim, se a sua empresa utilizou todos, ou substancialmente todos, os ativos fixos de outra empresa durante o período de vida útil média destes ativos, e aquela empresa ainda existe, a empresa então relacionada ou associada deve apresentar resposta completa ao questionário. É essencial que se faça referência a toda e qualquer “alteração societária” relacionada ao histórico da empresa nas respostas às questões abaixo.

## Questões gerais

* 1. O endereço da sede da empresa, das plantas e das unidades exportadoras;
  2. Descrição da empresa. Favor incluir na sua resposta:
* Data de constituição/criação da empresa;
* O histórico de participação societária da empresa;
* Se a sua empresa é a) empresa privada de capital estrangeiro; b) empresa pública; c) empresa privada de propriedade doméstica; d) outra.
* Lista completa dos produtos que a empresa fabrica e/ou vende (com respectivo código de identificação no sistema da empresa);
* Nome dos proprietários, membros do conselho de diretores e de administração, com a descrição de suas posições em outras empresas e no seu governo;
* Explicar se o governo da Índia ou outra autoridade governamental local (por exemplo, província, município, estado) designou a sua empresa e/ou setor industrial/indústria como “pilar”; “chave”; “promovido”; “central” ou qualquer outra designação no âmbito da política industrial, comercial, de promoção à exportação e/ou outra. Em caso afirmativo, explique o propósito desta designação, o critério para receber tal designação; e os benefícios e obrigações decorrentes de tais designações.
  1. Utilizando diagramas ou fluxogramas, descreva o processo por meio do qual sua empresa produz o produto investigado. Se diferentes etapas do processo produtivo ocorrem em diferentes unidades produtivas, divisões ou empresas relacionadas ou associadas, favor identificar aquelas unidades produtivas, divisões ou empresas relacionadas ou associadas.
  2. Identificar o nome e o endereço de cada fornecedor do produto objeto da revisão caso sua empresa exporte o produto investigado produzido na Índia por outras empresas relacionadas ou associadas.
  3. Fornecer os documentos relacionados a seguir para a sua empresa, assim como para cada empresa relacionada ou associada, conforme definido anteriormente, que esteja envolvida na produção, fabricação ou exportação do produto objeto da revisão. Fornecer informação para todas as **trading companies** (relacionadas ou associadas ou não) por meio da qual sua empresa vendeu o produto objeto para o Brasil durante o período de revisão.
  4. Fornecer os documentos relacionados a seguir para os três **últimos anos fiscais** incluindo necessariamente a totalidade do período investigado, ou seja, o período de revisão da existência de subsídios acionáveis e os dois anos anteriores a ele. Caso o ano fiscal da empresa não coincida com o período de revisão, solicita-se anexar balancetes, demonstrativos de resultados e demais documentos em bases mensais, trimestrais ou semestrais que cubram o período da revisão. **Se a empresa não possua relatórios financeiros auditados, fornecer qualquer outro tipo de demonstração financeira não auditada preparada para o conselho de diretores, para os acionistas, e para o governo.**

1. Plano de contas completo;
2. Demonstrativos financeiros consolidados e auditados, com todas as notas explicativas e pareceres dos auditores;
3. Balanços e demonstrativos de resultados internos, preparados ou mantidos pela empresa para o produto; e
4. Declarações de renda ou quaisquer outras formas de registros financeiros apresentados aos governos, local ou nacional, do país no qual a empresa está localizada.
   1. Explicar detalhadamente, no caso de recursos terem sido recebidos do governo, como tais recursos são contabilizados no sistema de contabilidade da empresa, apontando as respectivas contas contábeis e os lançamentos envolvidos.
   2. Fornecer documentação completa relacionada à restituição de tributos solicitados no período de revisão, apresentando toda a programação e anexos incluídos na restituição. Adicionalmente, informe qualquer alteração em sua restituição.
   3. Fornecer a seguinte informação para o **período de revisão**. Não inclua volume e valor de produtos fabricados fora da Índia ou de devoluções. Separadamente, informe o valor dos serviços vendidos por sua empresa. Adicionalmente, em uma resposta à parte, informe o valor das vendas de cada empresa relacionada ou associada, assim como o valor das vendas entre a sua empresa e a empresa relacionada ou associada. Se o valor real das vendas for registrado na sua contabilidade em uma base diferente de FOB, favor descrever todos os ajustes que foram feitos para derivar o valor em base FOB. Adicionalmente, se as suas vendas incluem VAT ou outros impostos indiretos, favor certificar-se de que tais tributos sejam excluídos dos valores reportados.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MERCADO** | **Quantidade (t)** | **Valor FOB (moeda local)** | **Valor FOB (USD)** | **Valor Ex fabrica (moeda local)** | **Valor Ex fabrica (USD)** |
| **(A) INTERNO** |  |  |  |  |  |
| **a.1. Produto de Fabricação Própria** |  |  |  |  |  |
| a.1.1. Relacionados |  |  |  |  |  |
| a.1.2. Não Relacionados |  |  |  |  |  |
| **a.2. Revenda de Produto Similar Importado** |  |  |  |  |  |
| **a.3) Revenda de Produto Similar Adquirido no Mercado Interno** |  |  |  |  |  |
| **a.4) Outros Produtos** |  |  |  |  |  |
| **Total (A)** |  |  |  |  |  |
| **(B) TERCEIROS PAÍSES** |  |  |  |  |  |
| **b.1) Exportações de Produto de Fabricação Própria** |  |  |  |  |  |
| b.1.1. Relacionados |  |  |  |  |  |
| b.1.2. Não Relacionados |  |  |  |  |  |
| **b.2) Exportações de Produto Similar Importado** |  |  |  |  |  |
| **b.3) Exportações de Produto Similar Adquirido no Mercado Interno** |  |  |  |  |  |
| **b.4) Exportações de Outros produtos** |  |  |  |  |  |
| **Total (B)** |  |  |  |  |  |
| **(C) BRASILEIRO** |  |  |  |  |  |
| **c.1. Produto de Fabricação Própria** |  |  |  |  |  |
| c.1.1. Relacionados |  |  |  |  |  |
| c.1.2. Não Relacionados |  |  |  |  |  |
| **c.2. Exportações de Produto Similar Importado** |  |  |  |  |  |
| **c.3) Exportações de Produto Similar Adquirido no Mercado Interno** |  |  |  |  |  |
| **c.4) Exportações de Outros Produtos** |  |  |  |  |  |
| **Total (C)** |  |  |  |  |  |
| **Total (A) + (B) + (C)** |  |  |  |  |  |

1. Todas as informações prestadas devem coincidir com os documentos comprobatórios da contabilidade da empresa a serem analisados por ocasião de eventual verificação **in loco**.
2. Caso não haja vendas na modalidade solicitada, preencher o campo com o número “0”.
3. Não devem ser incluídos os dados referentes a devoluções.
4. REGISTRO DE VENDAS NO MERCADO INTERNO (A). As informações no campo A deverão considerar o total de:
   * Vendas de produto de fabricação própria no mercado interno. Especificar as vendas realizadas para partes relacionadas e não relacionadas, conforme definição apresentada no item 3.C;
   * Revendas de produto similar importado;
   * Revendas de produto similar adquirido no mercado doméstico do país da empresa; e
   * Vendas ou revendas de outros produtos importados ou adquiridos pela empresa no mercado doméstico.
5. REGISTRO DE EXPORTAÇÕES PARA TERCEIROS PAÍSES (B). As informações no campo B deverão considerar o total de:
   * Exportações de produto de fabricação própria: as exportações realizadas no período para TODOS os demais destinos, a exceção do Brasil. Adicionalmente, especificar as vendas realizadas para partes relacionadas e não relacionadas, conforme definição apresentada no item 3.C;
   * Exportações de produto similar importado;
   * Exportações de produto similar adquirido no mercado interno do país da empresa; e
   * Exportações de outros produtos importados ou adquiridos pela empresa no mercado doméstico.
6. REGISTRO DE EXPORTAÇÕES PARA O BRASIL (C). As informações no campo C deverão considerar o total de:
   * Exportações de produto de fabricação própria, que deverão coincidir com os dados informados de exportações do produto objeto da revisão para o Brasil no Anexo A. Adicionalmente, especificar as vendas realizadas para partes relacionadas e não relacionadas, conforme definição apresentada no item 3.C.;
   * Exportações de produto similar importado;
   * Exportações de produto similar adquirido no mercado interno do país da empresa; e
   * Exportações de outros produtos importados ou adquiridos pela empresa no mercado doméstico.
   1. **Explicar como as vendas do produto objeto de revisão são registradas no sistema contábil da sua empresa.**
   2. **Esclarecer se as vendas da sua empresa são consolidadas com as vendas de outras empresas no relatório financeiro da empresa matriz, holding ou grupo. Em caso afirmativo, explicar como são consolidadas e fornecer cópias dos relatórios financeiros consolidados.**
   3. ANEXO A - Apresentar os dados relativos à totalidade das exportações para o Brasil do produto investigado no período de outubro de 2018 a setembro de 2019 (P5) e os valores correspondentes aos tributos dispensados na importação ou na aquisição no mercado interno de insumos, ou dos créditos reembolsados auferidos por sua empresa e pelas partes relacionadas, relativos àquelas exportações, conforme orientação a seguir:

CAMPO N. 1 - Data da Exportação

Explicação Informar a data da exportação dos produtos que tiveram benefícios.

CAMPO N. 2 - Número fatura comercial

Explicação Informar o número da fatura comercial que identifica as exportações dos produtos tiveram benefícios.

CAMPO N. 3 - Produto Exportado – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informar o código tarifário do produto exportado.

CAMPO N. 4 - Produto Exportado – Descrição

Explicação Descrever sucintamente o produto exportado.

CAMPO N. 5 - Quantidade (t)

Explicação Informar a quantidade exportada em toneladas.

CAMPO N. 6 - Valor FOB Exportação (US$)

Explicação Informar o valor FOB em dólares dos Estados Unidos da América das exportações do produto que tiveram benefícios

CAMPO N. 7 - Programa de subsídio

Explicação Informar o programa de subsídio que gerou benefício ao produto exportado.

Caso não tenha havido benefício por nenhum programa, digitar o número zero neste campo e no campo nº 8.

Caso haja mais de um programa, acrescentar a quantidade suficiente de colunas com os nomes de todos os programas.

CAMPO N. 8 - Valor de tributo dispensado ou reembolsado (US$)

Explicação Informar o valor do tributo dispensado ou reembolsado na importação ou aquisição no mercado interno dos insumos relativos à exportação em dólares estadunidenses.

* 1. ANEXO B - Apresentar dados relativos à totalidade dos bens de capital importados ou adquiridos internamente que tenham ou não tenham se beneficiado de redução de direitos aduaneiros ou de tributos internos, por sua empresa ou partes relacionadas, entre outubro de 2017 a setembro de 2019 (P4 e P5), conforme orientação a seguir. Indicar ainda de quais programas cada importação usufruiu, e atentar para a necessidade de as informações constantes neste anexo serem conciliáveis com as informações constantes nos anexos dos programas referentes a benefícios na importação de bens de capital.

CAMPO N. 1 - Data da Importação/Aquisição

Explicação Considerar a data da importação do bem de capital ou a data da sua aquisição no mercado interno. No primeiro caso, informar a data do efetivo desembaraço do bem de capital.

CAMPO N. 2 - Número do Documento de Importação/Aquisição

Explicação Considerar como número do documento de importação do bem de capital ou o número da sua fatura de aquisição no mercado interno.

CAMPO N. 3 - Bem de Capital Importado/Adquirido – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Código tarifário do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 4 - Bem de Capital Importado/Adquirido – Descrição

Explicação Descrever sucintamente o bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 5 - Quantidade (un.)

Explicação Unidades do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 6 - Valor CIF Importação/Aquisição (US$)

Explicação Informar o valor CIF em dólares estadunidenses do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 7 -. Valor CIF Importação/Aquisição (Moeda Local)

Explicação Informar o valor CIF em moeda local do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 8 - Alíquota dos direitos aduaneiros ou tributos internos.

Explicação Informar a alíquota total dos direitos aduaneiros ou dos tributos internos que seriam normalmente devidos em caso de inexistência de programas de subsídio. Caso sejam aplicáveis diversos tributos, adicionar colunas (8.1, 8.2, 8.3, 8.n, etc.) de forma que cada tributo esteja representado em uma coluna.

CAMPO N. 9 - Valor dos direitos na importação (informar a moeda reportada)

Explicação Informar o valor total dos direitos aduaneiros ou dos tributos internos que seriam normalmente devidos em caso de inexistência de programas de subsídios. Caso sejam aplicáveis diversos tributos, adicionar colunas (9.1, 9.2, 9.3, 9.n, etc.) de forma que cada tributo esteja representado em uma coluna.

CAMPO N. 10 - Valor dos direitos isentos (informar a moeda reportada)

Explicação Informar o montante total da isenção/compensação de direitos aduaneiros ou de tributos internos incidentes na importação ou na aquisição interna do bem de capital. Caso a importação ou aquisição interna não tenha sido amparada por dispensa de tributos, preencher o campo com o número “0” (zero).

CAMPO N. 11 - Tipo de Programa

Explicação: Informar o programa, se aplicável, sob o qual a isenção de direitos aduaneiros ou tributos internos foi concedida à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

00 – Sem benefício

01 – SEZ.

02 – EOU

03 – EPCG.

04 – Outros (indicar).

CAMPO N. 12 - Prazo de depreciação

Explicação: Informar o prazo de depreciação do bem de capital em questão.

CAMPO N. 13 - Depreciação acelerada? (S/N)

Explicação Informar se o bem de capital sofre depreciação acelerada (S) ou não (N).

* 1. Conforme estabelecido na Seção B seguinte, o período de alocação para os subsídios não recorrentes é definido de acordo com o período de vida útil média dos ativos fixos para a indústria em consideração. Caso a empresa não demonstre, por meio de documentação e legislação aplicável, o período de tempo correspondente à vida útil média dos ativos produtivos específico da própria empresa, a SDCOM irá presumir que esse período corresponde ao período indicado em fontes secundárias publicamente disponíveis. Caso a empresa decida adotar o período de vida útil média dos ativos próprio da empresa, deverá apresentar informações e elementos comprobatórios correspondentes ao número de anos desse período.
  2. Quanto ao capital social da empresa, apresentar o seguinte quadro referente à participação social de cada sócio/proprietário nos anos fiscais que compõem o período objeto da revisão de dano:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Proprietário/Sócio** | **Total de ações** | **Total em valor (US$)** |
| Empresa A |  |  |
| Empresa B |  |  |
| Pessoa Natural A |  |  |
| ... |  |  |
| Empresa Z |  |  |

* 1. Esclarecer se no período de outubro de 2004 a setembro de 2019 o Governo da Índia, diretamente ou por meio de outras empresas e/ou entidades, possuiu ações ou injetou capital na empresa investigada. Caso afirmativo, informar o montante aplicado pelo governo indiano, bem como esclarecer quais foram os termos e os requisitos que a empresa atendeu para receber tal incentivo.
  2. Sobre as ações de infraestrutura por parte do governo indiano, informar se, nos locais de suas plantas produtivas, houve por parte quaisquer níveis de governo algum tipo de desenvolvimento de infraestrutura no sentido de melhorar, criar ou reativar atividades que possam estar ligadas a exportações. Considere como tais atividades: i) criação ou ampliação de parques ou zonas industriais de promoção à exportação (Zonas Econômicas Especiais – ZEEs/Agronegócios); ii) criação de infraestrutura eletrônica e outras correlatas no conclave de exportação; iii) participação no capital dos projetos de infraestrutura, inclusive na criação de ZEEs; iv) criação de infraestruturas complementares, tais como estradas que ligam os centros de produção aos portos, depósitos de contêineres no interior e estações de frete de contêiner; v) estabilização do fornecimento de energia por meio de transformações adicionais e isolamento do centro de produção para exportação; vi) criação de portos de menor porte e cais para fins de exportação; e vii) criações de outras infraestruturas.

1. Discriminar o(s) programa(s) e os critérios de acesso e ele(s) por parte da empresa.
2. Discriminar os investimentos e seus valores (em dólares estadunidenses e em moeda local).
3. Explicar como esses investimentos em infraestrutura impactaram as operações da empresa. Exemplo: em havendo criação de um novo porto ou estrada, descrever como a empresa escoava sua produção anteriormente.

**Informar dados do funcionário responsável pelas informações gerais sobre a empresa prestadas na seção acima:**

Nome:

Cargo:

Telefone:

Endereço eletrônico:

# SEÇÃO B – DADOS OPERACIONAIS

Para o período de revisão do direito compensatório, fornecer as informações a seguir para os produtos produzidos por sua empresa na linha de produção utilizada para o produto objeto de revisão, incluindo o produto objeto da revisão, com o subtotal para cada produto.

Caso a empresa seja integrada verticalmente e produza insumos/bens de capital utilizados na produção do produto objeto da revisão, solicita-se que as informações desta seção sejam preenchidas de forma completa para cada insumo ou bem de capital produzido pela empresa e utilizado na produção do produto objeto da revisão.

1. **PRODUÇÃO E CAPACIDADE INSTALADA**
   1. PRODUÇÃO: Informar, no quadro a seguir, **sendo um quadro para cada ano**, a evolução da capacidade de produção, nominal e efetiva **nos últimos quinze anos**, bem como as quantidades produzidas na linha de produção utilizada para o produto objeto de revisão (ou insumos/bens de capital indicados na introdução desta Seção). Indicar, ainda, quais plantas produzem o produto investigado.
   2. Sobre a evolução da capacidade produtiva, apontar quais foram os investimentos realizados, nos últimos quinze anos, responsáveis pela ampliação da capacidade de produção na linha de produção utilizada para o produto objeto de revisão (ou insumos/bens de capital indicados na introdução desta Seção). Apresentar os valores totais anuais do ativo circulante das plantas da empresa e, caso existam, de suas relacionadas, nesse mesmo período.
   3. Explicar a metodologia utilizada pela empresa para chegar aos valores abaixo informados, considerando o conceito de capacidade nominal e efetiva segundo entendimento desta SDCOM, conforme descrito a seguir.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Produto** | **Capacidade de Produção[[1]](#footnote-1)** | | **Volume de Produção (t)** |
| **Nominal** | **Efetiva** |
| a) Filme PET |  |  |  |
| b) Outros produtos (especificar) |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |

\* Esta SDCOM entende que capacidade nominal é a quantidade máxima que um sistema produtivo pode produzir ininterruptamente desconsiderando as perdas e considerando todos os equipamentos da empresa, inclusive aqueles que não estão em uso no momento. Portanto, é a capacidade produtiva obtida numa jornada de trabalho de 24 horas, em 365 dias do ano, ignorando as perdas de eficiência decorrentes das paradas para manutenção, setups e perdas decorrentes de erros de programação da produção e de falta de insumos; e que capacidade efetiva refere-se à capacidade máxima de produção da empresa numa jornada de trabalho normal de operação e em condições realistas de trabalho, consideradas as perdas planejadas dessa capacidade. Assim, para cálculo da capacidade instalada efetiva, recomenda-se que sejam considerados: número de turnos e horas normais de operação da planta; apenas maquinários e equipamentos em operação; paradas programadas para setup (troca de produtos), manutenções preventivas periódicas, reparação, limpeza, trocas de turnos, intervalos para descanso e refeições, amostragem de qualidade, etc; disponibilidade plena de mão de obra, matérias-primas, utilidades e demais insumos; e somente as condições usualmente utilizadas pela empresa para a utilização de contratação de serviços ou o uso de facilidades de produção fora da planta. Contudo, não devem ser consideradas: paradas e perdas não programadas, como manutenções não programadas, paradas de equipamento por defeito e perdas de produto por problemas de qualidade. Desse modo, solicita-se adequação dos dados reportados à descrição apresentada, acompanhada de memória de cálculo. Outros pontos relevantes no cálculo são a definição do gargalo de produção e a seleção do mix de produtos: gargalo de produção - a empresa deve comprovar qual é a máquina, equipamento ou centro de trabalho mais sobrecarregado ou responsável pela etapa mais lenta no processo produtivo, já que a produção da indústria é limitada à capacidade ou velocidade do gargalo; seleção do mix de produtos - são os modelos do produto similar que serão considerados para a estimativa do volume produzido por unidade de tempo no equipamento considerado gargalo de produção. As empresas deverão considerar o(s) modelo(s) de produto(s) mais eficiente(s), ou seja, aquele(s) modelo(s) produzido(s) pelo equipamento ou linha de produção em maior volume por unidade de tempo, por exemplo, em metros por segundo, em toneladas por hora ou em peças por minuto.

* 1. Para cada produto produzido por sua empresa na linha de produção utilizada para o produto objeto de revisão (ou insumos/bens de capital indicados na introdução desta Seção), listar as matérias-primas utilizadas em sua produção, apresentando estimativa da quantidade consumida de cada matéria-prima na produção de uma unidade (preferencialmente em toneladas) do produto final.
  2. Indicar os estoques de cada produto fabricado por sua empresa na linha de produção utilizada para o produto objeto de revisão em P5 (ou insumos/bens de capital indicados na introdução desta Seção).

1. **DO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO E EXPORTAÇÃO**
   1. Com relação ao processo de exportação, apontar quais são as rotas utilizadas para exportação do produto objeto da revisão, apontando os armazéns, transportadores, portos e outros terminais logísticos utilizados, se aplicável. Indicar se houve mudança na rota utilizada nos últimos dez anos, destacando as vantagens obtidas nas modificações realizadas.
   2. Ainda sobre a rota de exportação, esclarecer se, nos últimos dez anos, houve modificações na infraestrutura utilizada. Informar, se aplicável, a modificação ocorrida (Ex.: inauguração/reforma de portos, pontes, estradas etc., promovidas pelo governo da Índia, que beneficiaram a distribuição do produto objeto da revisão.
2. **DO FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA**
   1. Apresentar a forma pela qual a empresa financia suas atividades, separando entre financiamento de curto prazo (financiamento de atividades do dia a dia da empresa, incluindo recursos obtidos para comercialização de produtos etc.) e de longo prazo (financiamento voltado para aquisição de maquinários, construção de plantas etc.), apontando as principais fontes de financiamento, a taxa de juros paga e os prazos para pagamento. Em regra, entende como longo prazo superior a 1 ano, e curto prazo inferior a 1 ano. Esclarecer também se existe e como opera financiamento intragrupo, ou seja, se a empresa recebe financiamento de outras empresas dentro do seu grupo econômico.
   2. Ainda quanto ao financiamento, apontar a existência de linhas de financiamento específicas para as atividades de exportação.
   3. Sobre a evolução da capacidade produtiva, apontada no item 2 desta seção, apontar a origem dos recursos utilizados para ampliação.
   4. Caso sua empresa tenha obtido financiamentos durante o período de revisão (outubro de 2018 a setembro de 2019) – ou durante período de vida útil média definida nos termos da Seção C deste questionário no caso de subsídios não recorrentes –, fornecer os dados solicitados a seguir. Além disso, se houver alguma parte relacionada ou associada a esta empresa que atue na produção e/ou distribuição do produto objeto da revisão e que tenha recebido algum financiamento de instituições financeiras indianas durante esses períodos, apresentar o nome das empresas relacionadas e da instituição credora, conforme solicitado a seguir:
3. Nome da instituição credora;
4. Tipo da instituição credora (Banco comercial, banco de investimento, fundos, debêntures, etc.);
5. Propósito do empréstimo (e.g., crédito à exportação pré ou pós-embarque, capital de giro, outros empréstimos a curto prazo (um ano ou menos) e empréstimos a longo prazo (mais de um ano), etc.;
6. Termos e condições do empréstimo, incluindo os requisitos exigidos da empresa para a sua liberação;
7. Total tomado em empréstimo;
8. Data em que os fundos foram liberados para a sua empresa e a duração do empréstimo;
9. Data em que o empréstimo foi ou será liquidado
10. Taxa de juros praticada no empréstimo;
11. Prazo para pagamento (principal e juros)
12. Total de juros pagos;
13. Taxas ou tributos cobrados; e
14. Indicar se a instituição credora é controlada e/ou operada direta ou indiretamente pelo Governo da Índia. Se sim, forneça o percentual de participação do governo na instituição.
    1. Além disso, apresentar o seguinte quadro com os principais financiadores da empresa, informando a participação de cada agente financiador no total de dívida da empresa para os anos fiscais encerrados que cobrem o período de revisão de retomada de dano.

|  |  |
| --- | --- |
| **Agente Financiador** | **% em relação ao total de dívida da empresa** |
| Banco A |  |
| Banco B |  |
| Instituição A |  |
| ... |  |
| Banco/Instituição Z |  |

1. **DOS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O PRODUTO** 
   1. Especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação ou sobre aquisição interna dos insumos utilizados na produção do produto objeto da revisão. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo, a alíquota normalmente incidente, eventuais isenções existentes e o nível de governo responsável pelo direito aduaneiro/tributo (governo nacional, estadual ou local).
   2. Especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação ou sobre aquisição interna das máquinas e equipamentos utilizados na produção do produto objeto da revisão. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo, a alíquota normalmente incidente, eventuais isenções existentes e o nível de governo responsável pelo direito aduaneiro/tributo (governo nacional, estadual ou local).
   3. Especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação ou sobre aquisição interna de utilidades, como por exemplo energia elétrica e água, empregadas na produção do produto objeto da revisão. Para cada direito ou tributo, informe a base de cálculo, a alíquota normalmente incidente, eventuais isenções existentes e o nível de governo responsável pelo direito aduaneiro/tributo (governo nacional, estadual ou local).
2. **DA PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**
   1. Apresentar a forma pela qual a empresa divulga o produto objeto da revisão em mercados estrangeiros, apontando a participação em feiras, congressos, etc. Apontar se a empresa realiza viagens para visitar clientes estrangeiros, com o fim de comercializar, promover e prestar assistência.
   2. Apontar se a empresa participa de alguma associação/conselho de produtores/exportadores referente a comercialização do produto objeto da revisão. Discorra sobre os benefícios oriundos da participação em tal/tais associações.

# SEÇÃO C – VIDA ÚTIL MÉDIA

1. A SDCOM informa que, a depender da natureza do subsídio, a alocação dos benefícios recebidos é feita ao longo do tempo. No que tange aos chamados subsídios não recorrentes, embora o período de revisão seja um período recente, a SDCOM investigará alegados subsídios recebidos durante o período de tempo correspondente à vida útil média dos ativos produtivos da indústria.
2. Se a sua empresa requer que o período de vida útil média dos ativos produtivos seja calculada com base nos dados da própria empresa, deve demonstrar com clareza que esse período está apurado de forma adequada e não reflete eventuais benefícios decorrentes da legislação tributária, como depreciação acelerada, ou quaisquer outras distorções. Caso a empresa não requeira que seja usada a própria vida útil média dos ativos, esta Subsecretaria considerará, a princípio, o período de 15 (quinze) anos para fins de apuração dos montantes de subsídios não recorrentes. De todo modo, devem ser atendidas as seguintes instruções:
3. Fornecer planilha em formato “.xls” ou “.xlsx” que demonstre como o período de vida útil médio dos ativos fixos da sua empresa foi calculado.
4. Calcular o período de vida útil médio (VUM) considerando a seguinte fórmula: VUM = A/D, sendo:
   * A = Soma do balanço médio anual dos ativos produtivos para todos os anos;
   * D = Soma das despesas de depreciação para cada ano.
5. Cada programa investigado será classificado, normalmente, como recorrente ou não recorrente. A SDCOM irá considerar, normalmente, os seguintes tipos de subsídios como recorrentes: isenções e deduções de impostos e/ou taxas diretos; remissão ou abatimento excessivo de impostos de importação ou taxas indiretos; fornecimento de bens (insumos) e serviços por valor inferior à remuneração adequada; pagamentos para sustentação de preços; descontos em eletricidade, água e outras utilidades; subsídios para frete, assistência para promoção à exportação, pagamentos antecipados de aposentadoria, assistência ao trabalhador; treinamentos a trabalhadores, subsídios para salários, e subsídios à montante na cadeia de produção do produto objeto da revisão. A SDCOM, normalmente, considerará os seguintes tipos de subsídios como não recorrentes: injeções de capital, assistência para fechamentos de planta; conversões de dívidas relacionadas a aportes de capital; fornecimento de infraestrutura não geral; fornecimento de plantas e maquinários, empréstimos ou outras formas de subsídios vinculadas aos ativos fixos.
6. No formato de tabela (“.xls” ou “.xlsx”), insira o valor contábil bruto, inicial e final, dos ativos produtivos depreciáveis para cada um dos 15 (quinze) últimos anos (não inclua ativos não depreciáveis, como terrenos ou imóveis em construção). Excluir o valor bruto contábil de qualquer ativo produtivo já completamente depreciado que não esteja mais operando.
7. Inserir, separadamente, despesas de depreciação regular de cada ano e qualquer outra despesa especial relacionada à depreciação ou reavaliação de depreciação de ativos produtivos.
8. Explicar como os números reportados na tabela reconciliam com suas demonstrações financeiras.
9. Explicar as políticas contábeis da sua empresa relativas à depreciação dos ativos produtivos, esclarecendo se a depreciação utilizada é acelerada ou linear, e quais convenções são aplicadas.
10. Explicar as políticas contábeis da sua empresa relativas à depreciação dos ativos produtivos, esclarecendo, inclusive, se há diferenças entre a depreciação contábil e a depreciação fiscal. Esclarecer se a depreciação utilizada para fins fiscais é acelerada ou linear, e quais convenções são aplicadas.

# SEÇÃO D – PROGRAMAS ESPECÍFICOS OBJETO DE REVISÃO

1. Para cada programa abaixo especificado, responder às questões listadas nas próximas seções. A resposta deve considerar tanto a sua empresa quanto empresas relacionadas ou associadas requeridas a responder (conforme item 3.C da Seção A deste Questionário) e **trading companies.** Destaca-se que as questões adicionais são específicas para determinados tipos de contribuição financeira. Nesse sentido, remete-se à classificação dada para cada programa na Circular SECEX que iniciou a revisão.
2. Caso sua empresa (incluindo empresa relacionadas ou associadas requeridas a responder e **trading companies**) não se candidatou, durante o período de revisão, para uso ou benefício dos programas listados, responder, de forma clara e objetiva, tal condição.
3. Caso algum programa listado abaixo tenha sido recebido por empresas que foram integradas/compradas à/pela sua empresa, a sua empresa é responsável por responder as questões que dizem respeito a qualquer subsídio conferido pelo Governo da Índia recebida por aquelas empresas integradas ou compradas.

**Programas nacionais de subsídios da Índia:**

1. **Advance Authorization Scheme** – AAS e **Advance License Order** – ALO;
2. **Export Promotion Capital Goods Scheme** – EPCG;
3. **Export Oriented Units Scheme** – EOU;
4. **Special Economic Zones Scheme**– SEZ;
5. **Duty Free Import Authorisation** – DFIA;
6. **Deemed Exports** (Exportações presumidas);
7. **Central Capital Investment Subsidy Scheme** – CCISS
8. **Merchandise Exports from India Scheme** – MEIS;
9. **Duty Drawback Scheme** (DDS); e
10. Programa de dedução de rendimentos tributáveis (Seção 80IC).

**Programas de subsídios do Estado de Gujarat, Índia:**

1. **Electricity Exemption Scheme** – GEDES.

**Programas de subsídios do Estado de Maharashtra, Índia:**

1. **Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises/Large scale industries;**
2. **Financial incentives for MSMEs;**
3. **Incentives for large scale units / Projects & Special lDIS;**
4. **Industrial promotion subsidy for large scale industries and special lSIS;**
5. **Incentives for Mega Projects/Ultra-MegaProjects;**
6. **Incentives of Industrial Promotion Subsidy;**
7. **Interest Subsidy;**
8. **Electricity Duty Exemption e Power Tariff Subsidy;**
9. **Stamp Duty Exemption**.

**Programas de subsídios do Estado de Uttar Pradesh, Índia:**

1. **Investment Promotion Scheme;**
2. **Capital Interest Subsidy Scheme;**
3. **Infrastructure Interest Subsidy Scheme;**
4. **Industrial Quality Development Subsidy Scheme;**
5. **EPF Reimbursement Scheme;**
6. **Stamp Duty Exemption.**

**Outros programas de subsídios utilizados:**

1. Outros programas de subsídios utilizados.

# SUBSEÇÃO D.1 - QUESTÕES GERAIS PARA TODOS OS PROGRAMAS

*Essa subseção tem por objetivo obter informações que permitam traçar visão geral dos programas objeto da revisão. Para cada programa identificado na Seção D, fornecer as informações solicitadas a seguir.* *Solicita-se responder em bloco por programa, reproduzindo a pergunta realizada. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecer o motivo, se necessário.*

1. Fornecer descrição detalhada do programa e de sua operação.
2. Fornecer cópias de solicitações ou inscrições formuladas por sua empresa e aceitas pelo Governo da Índia, bem como cópias de todos os documentos, anexos e contratos assinados em relação ao programa respectivo.
3. Indicar eventuais taxas cobradas ou despesas incorridas por sua empresa na obtenção do benefício ou na participação do programa. No caso do descumprimento das obrigações e prazos exigidos pelo programa, aponte as penalidades e multas incorridas pela sua empresa durante o período de análise.
4. Especificar os critérios de elegibilidade que sua empresa teve de satisfazer para receber os benefícios no âmbito do programa em comento. Esclarecer se a elegibilidade estava ou está atualmente condicionada a um ou mais dos seguintes critérios: (a) exportação e/ou aumentou ou compromisso de aumentar as exportações da empresa; (b) uso de maquinário, matéria-prima e/ou outros insumos domésticos em detrimento de produtos estrangeiros; (c) relacionados ao setor a qual a empresa pertence; ou (d) relacionadas à região na qual a empresa está localizada.
5. Descrever, detalhadamente, o processo de candidatura e aprovação da sua empresa para receber os benefícios conferidos no âmbito deste programa.
6. Especificar os critérios que sua empresa teve de satisfazer para receber o montante específico do benefício concedido. Informar se o formulário de candidatura ou de aprovação especifica o produto para o qual o benefícios é conferido. Em caso afirmativo, fornecer detalhes de quais produtos foram especificados nos formulários de candidatura e aprovação dos benefícios.
7. Especificar os registros e quaisquer documentos (licenças, aprovações, cartas de aceitação, avaliações, solicitações, etc.) mantidos por sua empresa em relação ao benefício recebido ao amparo deste programa.
8. Informar quais registros e livros contábeis sua empresa utiliza para contabilizar cada um dos benefícios recebidos no âmbito dos programas. Esclarecer ainda como os referidos benefícios podem ser conciliados com os demonstrativos financeiros da empresa.
9. Fornecer formulários de candidatura já apresentados ao Governo da Índia por essa empresa e outros documentos de candidatura em relação a este programa. Caso o programa não dependa de candidatura para usufruto, explique como o programa é operado e como o governo supervisiona e controla a participação no âmbito do programa. Fornecer cópias da documentação enviada por essa empresa para aprovação dos benefícios, incluindo, mas não se limitando, a: carta de aprovação, contrato, formulário de requerimento; relatórios de prestação de contas e resultados etc. Se sua empresa deve preencher qualquer formulário do governo para continuar a receber os benefícios ao amparo do programa em tela, fornecer conjunto completo de cópias dos formulários submetidos ao longo ou antes do período de revisão.
10. Esclarecer se o programa em tela continuar em vigor ou se foi extinto. Caso o programa tenha sido extinto, explicar quando e em quais condições se deu a extinção, informando qual é/foi o prazo final para a solicitação dos benefícios ao amparo do programa e qual é/foi o prazo final de recebimento dos benefícios ao amparo do programa.

# SUBSEÇÃO D.2 - QUESTÕES ADICIONAIS PARA OS PROGRAMAS DE CONCESSÕES E ALOCAÇÕES

*Essa subseção tem por objetivo identificar se o subsídio é “recorrente” ou “não recorrente”. O subsídio será normalmente considerado “recorrente” quando for relacionado à produção ou venda corrente e seus efeitos forem observados imediatamente, devendo, em geral, seu montante ser atribuído integralmente ao período em que o benefício é conferido. O subsídio será normalmente considerado como “não recorrente” quando for concedido excepcionalmente ou com frequência irregular, podendo ser relacionado à aquisição de ativos fixos, de modo que seus efeitos sejam relacionados à produção futura e se prolonguem por período maior do que aquele em que o benefício é conferido, devendo, em geral, seu montante ser alocado ao longo dos períodos em que se observam tais benefícios. A fim de responder as perguntas desta subseção, recomenda-se seguir as orientações de resposta constantes na subseção anterior. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecendo o motivo, se necessário.*

1. Esclarecer se sua empresa recebe subsídios de forma regular ao amparo deste programa.
2. Esclarecer se sua empresa preencheu formulário separado cada vez que recebeu os benefícios, explicando se cada concessão foi vinculada à uma aprovação específica do governo.
3. Esclarecer se os subsídios concedidos no âmbito deste programa foram fornecidos para ou vinculados à estrutura de capital ou aos bens de capital da sua empresa.
4. Caso o subsídio seja não recorrente, sua empresa deverá reportar as seguintes informações para cada subsídio recebido durante período de vida útil médio dos ativos fixos, conforme definido na Seção C deste questionário. Caso o subsídio seja recorrente, sua empresa deverá fornecer as informações em relação aos subsídios recebidos no período de revisão. A informação deve ser fornecida em formato de tabela.
5. Informar o montante de todos os subsídios autorizados e o montante recebido;
6. Esclarecer se o subsídio foi recebido em uma parcela total ou dividido em várias parcelas; e
7. Informar a data de aprovação do subsídio e a data de recebimento do subsídio.

|  |
| --- |
| SUBSEÇÃO D.3 - QUESTÕES ADICIONAIS PARA OS PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS |

*Essa subseção tem por objetivo obter informações relacionadas aos programas de benefícios fiscais. Caso sua empresa tenha usado programas para receber deduções da renda tributável, créditos em relação a tributos, isenções de taxas devidas, depreciação acelerada ou outros benefícios fiscais ou reembolsos fiscais solicitados durante o período de revisão responder as questões a seguir. O período fiscal abrangido por esse benefício fiscal não tem que corresponder necessariamente ao período de revisão. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecer o motivo, se necessário.*

1. Explicar se o benefício representa dedução de renda tributável, isenção de taxas, crédito em relação a taxas, depreciação acelerada, diferimento do pagamento de taxas devidas, ou outros benefícios fiscais.
2. Indicar o montante de tributos poupados derivados do uso deste programa. Fornecer o cálculo detalhado dos montantes de tributos poupados, indicando a base de cálculo e a alíquota do tributo. Demonstrar qual o montante de tributos (ou o montante do prejuízo incorrido) seria devido caso não houvesse o benefício ao amparo deste programa. Indicar, na declaração de imposto de renda, todas as referências ao programa e seus benefícios, indicando os campos de forma expressa. Para adiamentos dos pagamentos de tributos, indicar o montante da taxa devida e a extensão do período de adiamento do pagamento.
3. Se a sua empresa está em posição de prejuízo operacional para o ano fiscal que as deduções são aplicáveis, explicar o efeito desse programa na posição fiscal da empresa.
4. Esclarecer se a empresa está autorizada a levar qualquer prejuízo para anos fiscais futuros (**loss carryforward**), de modo compensar o prejuízo anterior obtido do imposto de renda devido em anos posteriores. Se sim, indicar se há limite em número de anos para a empresa levar prejuízos anteriores para compensar o imposto de renda devido no futuro.

1. Informar se, na possibilidade de a empresa compensar prejuízos fiscais em anos posteriores (**loss carryforward**) conforme o item 4, o benefício do programa de subsídios sob a forma de dedução da base de cálculo de tributos diretos (por exemplo, depreciação acelerada) também poderá ser utilizado para reduzir o imposto de renda devido em períodos futuros, na hipótese de a empresa não ter utilizado o benefício no ano em que houve o seu reconhecimento.
2. Indicar em que parte das demonstrações financeiras de sua empresa a informação fiscal está apresentada. Esclarecer, de forma pormenorizada, se as perdas fiscais incorridas são consideradas com ativos nas demonstrações financeiras.
3. Caso a empresa tenha levado adiante prejuízos de anos anteriores e tenha usado tais prejuízos para compensar tributos devidos nas declarações de imposto de renda durante o período de revisão, demonstrar que os prejuízos de anos anteriores não foram gerados pelo uso de qualquer programa de subsídio sujeito a medida compensatória.
4. Esclarecer de que forma as empresas que utilizam este programa calculam o benefício fiscal que reivindicam. Explicar com um exemplo de cálculo com base no formulário de solicitação da assistência.
5. Apresentar requerimentos/formulários/lista de produtos ou outros documentos submetidos às autoridades locais para enquadramento da empresa na obtenção do benefício fiscal no âmbito do programa.

# SUBSEÇÃO D.4 - QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE OS PROGRAMAS

*Essa subseção tem por objetivo obter informações relacionadas especificamente aos programas mencionados a seguir. Responder conforme solicitado. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecer o motivo, se necessário.*

# Programas nacionais de subsídios da Índia:

# AAS – ADVANCE AUTHORIZATION SCHEME e ADVANCE LICENSE ORDER – ALO

1. Ao responder à questão geral 1 da Subseção D.1, especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação dos insumos utilizados na produção do produto objeto da revisão que podem ser isentados/compensados com a autorização prévia. Para cada direito ou tributo, informe a base de cálculo e a alíquota normalmente incidente sobre ela.
2. No que se refere à totalidade das autorizações prévias concedidas à sua empresa pela autoridade indiana durante o período de revisão, informe o valor total das autorizações e/ou a quantidade e/ou o valor total de insumos que podem ser importados com isenção de direitos e tributos.
3. No que se refere às autorizações prévias deferidas à empresa e eventualmente transferidas a terceiros durante o período de análise, preencha a tabela abaixo identificando as autorizações, seus valores de face e seus valores de transferência para terceiros. Na última linha, colocar os valores totais das colunas 4 e 5 nas células sem sombreamento.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Número do documento de autorização** | **Data da concessão da autorização** | **Data da transferência da autorização** | **Valor de face da autorização** | **Valor de transferência da autorização** | **Identificação do comprador** |
| n. 1 | n. 2 | n. 3 | n.4 | n.5 | n.6 |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

1. Apresentar os dados relativos à totalidade das importações ou aquisições de insumos no mercado interno efetuadas com a utilização de autorizações prévias obtidas por sua empresa ou partes relacionadas, de outubro de 2018 a setembro de 2019, no ANEXO C, conforme legenda a seguir:

CAMPO N. 1 - Data da importação/aquisição

Explicação Informe a data do desembaraço dos insumos importados sob o regime de autorização prévia ou a data da aquisição dos insumos no mercado interno sob o regime de autorização prévia durante o período de análise.

CAMPO N. 2 - Número documento de importação/aquisição

Explicação Informe o número do documento que acompanhou as importações ou a aquisição interna dos insumos sob o regime de autorização prévia.

CAMPO N. 3 - Produto importado/adquirido – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto importado ou adquirido internamente. Se houver mais de um produto importado ou adquirido internamente associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 4 - Produto importado/adquirido – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto importado ou adquirido internamente. Se houver mais de um produto importado associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 5 - Volume importação/aquisição (t)

Explicação Informe, em toneladas, a quantidade de produto autorizada para importação ou aquisição no mercado interno. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 6 - Valor CIF importação/aquisição (US$)

Explicação Informe o valor CIF em dólares estadunidenses para a importação ou aquisição interna autorizada do produto. Se houver mais de um produto importado associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 7 - Valor CIF importação/aquisição – Moeda Local (informar a moeda utilizada)

Explicação Informe o valor CIF em moeda local para a importação ou aquisição interna autorizada do produto. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 8 - Nº autorização

Explicação Informe o número de registro de cada autorização concedida durante o período de análise.

CAMPO N. 9 - Data concessão ou renovação

Explicação Informe a data da concessão da autorização ou da renovação da autorização anteriormente concedida.

CAMPO N. 10 - Porto

Explicação Informe o porto onde a autorização está registrada

CAMPO N. 11 - Modalidade

Explicação Informe a modalidade da autorização, conforme codificação a seguir:

01 – Exportação Física

02 – Requerimento Anual

03 – Fornecedor Intermediário

04 – Exportação Presumida

05 – Ordem de Liberação Antecipada

06 – Carta de Crédito Nacional Associada à Garantia.

CAMPO N. 12 - Valor da autorização (informar a moeda utilizada)

Explicação Informe o valor total concedido pela autoridade indiana na autorização respectiva.

CAMPO N. 13 - Valor dos direitos na importação/aquisição (informar a moeda utilizada)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros ou dos tributos que seriam normalmente devidos na importação ou aquisição interna caso não fosse utilizada a autorização.

CAMPO N. 14 - Valor utilizado da autorização (informar a moeda utilizada)

Explicação Informe o valor efetivamente isento ou compensado de direitos aduaneiros e tributos incidentes na importação por intermédio da autorização.

CAMPO N. 15 - Valor dos direitos pagos (informar a moeda utilizada)

Explicação Informe o valor efetivamente pago a título de direitos e tributos incidentes na importação.

CAMPO N. 16 - Valor de compra da autorização (informar a moeda utilizada)

Explicação No caso de a autorização ter sido adquirida de terceiros, informe o valor pago pela sua empresa.

CAMPO N. 17 - Obrigação de exportação – Produto – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação vinculada à autorização prévia, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 18 - Obrigação de exportação – Produto – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação vinculada à autorização prévia, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 19 - Obrigação de exportação – Volume (t)

Explicação Informe a quantidade em toneladas do produto final que o beneficiário da autorização se comprometeu a exportar. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 20 - Obrigação de exportação – Valor (US$)

Explicação Informe, em dólares estadunidenses, o valor FOB do produto final que o beneficiário da autorização se comprometeu a exportar. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma autorização prévia, preencha uma linha para cada produto importado.

CAMPO N. 21 - Prazo de exportação

Explicação Informe o prazo final para o cumprimento da obrigação de exportação vinculada à autorização.

1. Informar se sua empresa apresentou documentação formal ou solicitou a presença de autoridades indianas em seu estabelecimento para confirmar quais insumos são consumidos na fabricação do produto objeto da revisão exportado, e em quais quantidades, para o propósito de deferimento de autorização prévia. Apresentar a documentação comprobatória.
2. Informar sobre a existência de averiguações adicionais (e.g., verificações, fiscalizações, avaliações, etc.) levados a cabo pela autoridade indiana em sua empresa para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto importado, e em quais quantidades, quando da eventual concessão de abatimentos ou devoluções excessivos deferidos por meio de autorização prévia, ou ainda no caso de descumprimento das obrigações assumidas por sua empresa.
3. Informar se a empresa ou alguma de suas partes relacionadas reimportou o produto objeto da revisão durante o período de análise.

# EPCG - Export Promotion Capital Goods Scheme

1. Apresentar os dados relativos à totalidade dos bens de capital importados ou adquiridos internamente que se beneficiaram do EPCG por sua empresa ou partes relacionadas, entre outubro de 2004 a setembro de 2019, no ANEXO D, conforme a legenda que segue:

**Observação: no ANEXO D, são solicitadas informações sobre os programas EPCG, EOU e SEZ, bem como a quaisquer outros programas de subsídio relacionados a importações/aquisições de bens de capital.**

CAMPO N. 1 - Data da Importação

Explicação Considere a data da importação do bem de capital ou a data da sua aquisição no mercado interno. No primeiro caso, informe a data do efetivo desembaraço do bem de capital.

CAMPO N. 2 - Número do Documento de Importação

Explicação Considere como número do documento de importação do bem de capital ou o número da sua fatura de aquisição no mercado interno.

CAMPO N. 3 - Bem de capital importado – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Código tarifário do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 4 - Bem de capital Importado – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 5 - Quantidade (un.)

Explicação Unidades do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno.

CAMPO N. 6 - Valor CIF Importação (US$)

Explicação Considere como o valor do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno. Informe o valor CIF em dólares dos Estados Unidos da América.

CAMPO N. 7 - Valor CIF Importação – Moeda Local (informar moeda local)

Explicação Considere como o valor do bem de capital importado ou adquirido no mercado interno. Informe o valor CIF em moeda local.

CAMPO N. 8 - Alíquota dos direitos aduaneiros

Explicação Informe a alíquota total dos direitos aduaneiros ou dos tributos internos que seriam normalmente devidos em caso de inexistência do programa.

CAMPO N. 9 - Valor dos direitos na importação (informar moeda reportada)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros ou dos tributos internos que seriam normalmente devidos em caso de inexistência do programa.

CAMPO N. 10 - Valor dos direitos isentos (informar moeda reportada)

Explicação Informe o montante total da isenção/compensação de direitos aduaneiros ou de tributos internos incidentes na importação ou na aquisição interna do bem de capital.

CAMPO N. 11 - Programa de subsídios

Explicação: Informe o regime sob o qual a isenção de direitos aduaneiros ou tributos internos foi concedida à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

01 – SEZ (caso seja esta a resposta, preencha com zero os campos de 14 a 19)

02 – EOU (caso seja esta a resposta, preencha com zero os campos de 14 a 19)

03 – EPCG (caso seja esta a resposta, preencha os campos de 14 a 19 com as informações requeridas).

04 – Outro.

CAMPO N. 12 - Prazo de depreciação (em meses)

Explicação: Informe o prazo de depreciação, em meses, do bem de capital em questão.

CAMPO N. 13 - Depreciação acelerada? (S/N)

Explicação Informe se o bem de capital sofre depreciação acelerada (S) ou não (N).

CAMPO N. 14 - Obrigação de exportação – Produto – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe o código tarifário do produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 15 - Obrigação de exportação – Produto – Descrição

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, descreva sucintamente o produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 16 - Obrigação de exportação – Volume (t)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe a quantidade do produto final que o beneficiário do esquema EPCG se comprometeu a exportar. Se houver mais de um produto final associado, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 17 - Obrigação de exportação – Valor FOB da exportação efetiva (US$)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe o valor FOB estimado das exportações que o beneficiário da licença se comprometeu a exportar, em dólares estadunidenses.

CAMPO N. 18 - Prazo de exportação (em meses)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe o prazo final em meses para o cumprimento da obrigação de exportação vinculada à licença.

CAMPO N. 19 - Exportação presumida? (S/N)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe se a exportação é presumida (S) ou física (N).

CAMPO N. 20 - Linha de produção/planta produtiva

Explicação Indicar em qual linha de produção/planta produtiva o bem de capital foi instalado.

1. Apontar quais dos produtos apresentados no item A da Seção A são produzidos a partir da utilização de cada bem de capital enumerado no Anexo D, bem como em que plantas da empresa esses bens estão localizados.
2. No caso de a empresa ser beneficiária do programa EPCG, mas ter optado por adquirir bens de capital no mercado interno, esclareça como se dá a transferência da licença EPCG, dos benefícios por ela outorgados e da obrigação de exportar.

# EOU - Export Oriented Units

1. Ao responder à questão geral 1 da Subseção D.1, especificar os benefícios fiscais conferidos pelo regime EOU. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo e a alíquota normalmente incidente sobre ela.
2. Informar se alguma das plantas/unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas se situa em uma unidade sob o regime de **Export Oriented Units** – EOU”, de maneira a se beneficiar de alguma forma de incentivo governamental por estar localizada em tal área ou possuir tal status. Se sua resposta for positiva, explicar a natureza das operações das plantas/unidades e identificar a área e/ou o regime. Fornecer descrição geral dos benefícios recebidos neste caso.
3. Fornecer cópia de qualquer documento governamental que garanta isenção/redução de imposto de renda e demais tributos para o período objeto de análise.

1. Fornecer cópia de todos os formulários relativos às declarações de tributos corporativos ou devolução dos mesmos que sua empresa apresentou para os períodos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e outubro de 2018 a setembro de 2019. Incluir quaisquer anexos ou planilhas relacionadas. As cópias apresentadas devem ser legíveis e portar o selo oficial da autoridade fiscal indiana competente. Se sua empresa não apresentou nenhuma declaração de renda, fornecer explicação sobre as razões pelas quais sua empresa é isenta de apresentar declarações.
2. Para cada exercício fiscal, fornecer os seguintes dados sobre as vendas de todos os produtos fabricados por sua empresa (localizada em EOU):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Out/17 a Set/2018 | Out/18 a Set/2019 |
| Volume total de vendas domésticas |  |  |
| Valor FOB total de todas as vendas domésticas (informar a moeda reportada) |  |  |
| Volume total de exportações (incluindo as presumidas) (em toneladas) |  |  |
| Valor FOB total de exportação (incluindo as presumidas) (informar a moeda reportada) |  |  |
| Lucro/prejuízo líquido total |  |  |
| Total do lucro líquido isento de imposto de renda |  |  |
| Alíquota do imposto de renda |  |  |
| Total de renda sujeita ao imposto de renda (informar a moeda reportada) |  |  |
| Total de imposto de renda pago/devolvido (informar a moeda reportada) |  |  |
| Total de imposto de renda isento do pagamento (informar a moeda reportada) |  |  |

1. Explicar em detalhes quaisquer perdas dos anos anteriores consideradas para compensar tributos nos períodos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e outubro de 2018 a setembro de 2019.
2. Preencher as informações requeridas no Anexo D (apresentado na seção sobre EPCG), quanto a bens de capital – incluindo partes e peças – importados no âmbito do programa EOU, no período de outubro de 2004 a setembro de 2019, conforme orientações apresentadas na seção mencionada.

**Observação: no ANEXO D, são solicitadas informações sobre os programas EPCG, EOU e SEZ, bem como a quaisquer outros programas de subsídio relacionados a importações/aquisições de bens de capital.**

1. Apresentar os dados relativos à totalidade das importações e aquisições internas de insumos,que se beneficiaram de regimes fiscais diferenciados, em razão do programa EOU obtido por sua empresa ou partes relacionadas, efetuadas entre outubro de 2018 a setembro de 2019, no ANEXO E, conforme instruções a seguir:

**Observação: no ANEXO E são solicitadas informações sobre insumos adquiridos no âmbito dos programas EOU e SEZ.**

CAMPO N. 1 - Procedência da aquisição

Explicação Informe o local de procedência do insumo contido no produto exportado, conforme a legenda que segue:

01 – Insumo proveniente da Índia;

02 – Insumo proveniente de Zonas Francas Industriais/SEZs ou EOUs no

território indiano;

03 – Insumo proveniente do exterior.

CAMPO N. 2 - Número do Documento de Aquisição

Explicação Informe o número da fatura de entrada do insumo em seu estabelecimento

CAMPO N. 3 - Data da Aquisição

Explicação Informe a data da compra do insumo. No caso de insumos provenientes da Índia, informe a data da sua fatura de entrada. No caso de insumo proveniente de SEZ, UOE ou do exterior, informe a data do desembaraço dos insumos importados durante o período de análise.

CAMPO N. 4 - Insumo – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto. Se houver mais de um insumo associado a uma mesma fatura de compra, preencha uma linha para cada produto importado.

CAMPO N. 5 - Insumo – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto importado. Se houver mais de um insumo associado a uma mesma fatura de compra, preencha uma linha para cada produto importado.

CAMPO N. 6 - Volume adquirido (t)

Explicação Informe a quantidade comprada de insumo em toneladas.

CAMPO N. 7 - Valor CIF da aquisição (US$)

Explicação Informe o valor CIF total, em dólares estadunidenses, do insumo comprado.

CAMPO N. 8 - Valor CIF da aquisição – Moeda Local (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor CIF total, em moeda local, do insumo comprado.

CAMPO N. 9 - Valor dos direitos e tributos incidentes na aquisição (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros e demais tributos que seriam normalmente devidos na compra não fosse o benefício fiscal.

CAMPO N.10 - Tipo de programa

Explicação Informe o programa sob o qual a isenção de direitos aduaneiros ou tributos internos foi concedida à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

01 – SEZ.

02 – EOU.

CAMPO N. 11 - Valor isento (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o montante total da isenção de direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra.

CAMPO N. 12 - Valor pago (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o montante total dos direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra efetivamente pagos pela empresa.

CAMPO N. 13 - Valor reembolsado (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o montante total do reembolso de direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra.

CAMPO N. 14 - Data Reembolso

Explicação Informe a data do reembolso dos direitos aduaneiros e tributos incidentes na compra.

# SEZ - Special Economic Zones

1. Ao responder à questão geral 1 da Subseção D.1, especificar os benefícios fiscais conferidos pelo regime de SEZ. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo e a alíquota normalmente incidente sobre ela.
2. Informar se alguma das plantas/unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas situa-se em zona franca/zonas econômicas especiais (SEZ), de maneira a se beneficiar de alguma forma de incentivo governamental por estar localizada em tal área ou possuir tal status. Caso afirmativo, explicar a natureza das operações das plantas/unidades e identificar a área e/ou o regime. Fornecer descrição geral dos benefícios recebidos neste caso.
3. Fornecer cópia de qualquer documento governamental que garanta isenção/redução de imposto de renda e demais tributos para o período objeto de análise.

1. Fornecer cópia de todos os formulários relativos às declarações de tributos corporativos ou devolução dos mesmos que sua empresa apresentou para os períodos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e outubro de 2018 a setembro de 2019. Incluir quaisquer anexos ou planilhas relacionadas. As cópias apresentadas devem ser legíveis e portar o selo oficial da autoridade fiscal indiana competente. Se sua empresa não apresentou nenhuma declaração de renda, fornecer explicação sobre as razões pelas quais sua empresa é isenta de apresentar declarações.
2. Para cada exercício fiscal, fornecer os seguintes dados sobre as vendas de todos os produtos fabricados por sua empresa (localizada em SEZ):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Out/17 a Set/2018 | Out/18 a Set/2019 |
| Volume total de vendas domésticas |  |  |
| Valor FOB total de todas as vendas domésticas |  |  |
| Volume total de exportações (incluindo as presumidas) (em toneladas) |  |  |
| Valor FOB total de exportação (incluindo as presumidas) (informar a moeda reportada) |  |  |
| Lucro/prejuízo líquido total (informar a moeda reportada) |  |  |
| Total do lucro líquido isento de imposto de renda (informar a moeda reportada) |  |  |
| Alíquota do imposto de renda |  |  |
| Total de renda sujeita ao imposto de renda (informar a moeda reportada) |  |  |
| Total de imposto de renda pago/devolvido |  |  |
| Total de imposto de renda isento do pagamento |  |  |

1. Explicar, de forma pormenorizada, quaisquer perdas dos anos anteriores consideradas para compensar tributos nos períodos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e outubro de 2018 a setembro de 2019.
2. Preencher as informações requeridas no Anexo D (apresentado na seção sobre EPCG), quanto a bens de capital – incluindo partes e peças – importados no âmbito do programa SEZ, no período de outubro de 2004 a setembro de 2019, conforme orientações apresentadas na seção mencionada.

**Observação: no ANEXO D são solicitadas informações sobre os regimes EPCG, SEZ e EOU, bem como a quaisquer outros programas de subsídio relacionados a importações/aquisições de bens de capital.**

1. Apresentar os dados relativos à totalidade das importações e aquisições internas de insumos,que se beneficiaram de regimes fiscais diferenciados, em razão do programa SEZ obtido por sua empresa ou partes relacionadas, efetuadas entre outubro de 2018 a setembro de 2019, no ANEXO E, conforme legenda apresentada no item c) EOU, acima.

**Observação: no ANEXO E são solicitadas informações sobre os programas EOU e SEZ.**

# DFIA - Duty Free Import Authorisation

1. Ao responder à questão geral 1 da Subseção D.1, especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação ou sobre a aquisição interna dos insumos utilizados na produção do produto objeto da revisão que podem ser isentados/compensados com a autorização. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo e a alíquota normalmente incidente sobre ela.
2. No que se refere à totalidade das autorizações concedidas à sua empresa pela autoridade indiana durante o período de revisão, informe o valor total das autorizações e/ou a quantidade e/ou valor total de insumos que podem ser importados com isenção de direitos e tributos.
3. No que se refere às autorizações deferidas à empresa e eventualmente transferidas a terceiros durante o período de análise, fornecer tabela identificando as autorizações, os valores de face e os valores de transferência para terceiros.
4. Apresentar os dados relativos à totalidade dos insumos importados e dos insumos adquiridos localmente com a utilização de autorizações obtidas por sua empresa ou partes relacionadas no período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Utilizar o ANEXO F para os produtos importados e o ANEXO G para os produtos adquiridos internamente, conforme orientações a seguir:

CAMPO N. 1 - Data da Importação (Anexo F) ou Data da Aquisição no mercado interno (Anexo G)

Explicação Informe a data do efetivo desembaraço dos insumos importados ou a data da aquisição no mercado interno sob o regime DFIA durante o período de análise.

CAMPO N. 2 - Número do documento de importação (Anexo F) ou Número da fatura de aquisição (Anexo G)

Explicação Informe o número do documento que acompanhou as importações ou a aquisição interna dos insumos sob o regime DFIA.

CAMPO N. 3 - Produto importado (Anexo F) ou Produto adquirido no mercado interno (Anexo G) – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 4 - Produto importado (Anexo F) ou Produto adquirido no mercado interno (Anexo G) – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 5 - Volume importado/adquirido no mercado interno (em toneladas)

Explicação Informe, em toneladas, a quantidade de produto importado ou adquirido no mercado interno. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 6 - Valor CIF da importação (Anexo F) ou da aquisição no mercado interno (Anexo G) (US$)

Explicação Informe o valor CIF em dólares estadunidenses para a importação autorizada do produto ou sua aquisição no mercado interno. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 7 - Valor CIF da importação (Anexo F) ou da aquisição no mercado interno (Anexo G) – Moeda Local (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor CIF em moeda local para a importação autorizada do produto ou sua aquisição no mercado interno. Se houver mais de um produto associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto.

Campo N. 8 - Nº autorização.

Explicação Informe o número de cada autorização concedida durante o período de análise.

CAMPO N. 9 - Data autorização.

Explicação: Informe a data da concessão da autorização.

CAMPO N. 10 - Porto (campo a ser preenchido apenas no Anexo F)

Explicação Informe o Porto onde a autorização está registrada.

CAMPO N. 11 - Valor da Autorização (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor total concedido pela autoridade indiana na autorização respectiva.

CAMPO N. 12 - Valor dos direitos devidos na importação (Anexo F) ou valor dos tributos devidos na aquisição interna (Anexo G) (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros que seriam normalmente devidos na importação caso não fosse utilizada a autorização; ou, no caso da aquisição no mercado interno, o valor total dos tributos que seriam devidos caso não fosse utilizada a autorização.

CAMPO N. 13 - Valor utilizado da autorização (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor dos direitos aduaneiros incidentes na importação (Anexo F) ou o valor dos tributos incidentes na aquisição no mercado interno (Anexo G) efetivamente isentados/compensados por intermédio da autorização.

CAMPO N. 14 - Valor dos direitos efetivamente pagos (Anexo F) ou valor dos tributos efetivamente pagos (Anexo G) (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor efetivamente pago dos direitos incidentes na importação ou dos tributos incidentes na aquisição no mercado interno.

CAMPO N. 15 - Obrigação de exportação – Produto – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação vinculada à autorização, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 16 - Obrigação de exportação – Produto – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação vinculada à autorização, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 17 - Obrigação de exportação – Volume (em toneladas)

Explicação Informe a quantidade, em toneladas, do produto final que o beneficiário da autorização se comprometeu a exportar. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 18 - Obrigação de exportação – Valor (US$)

Explicação Informe o valor FOB em dólares estadunidenses do produto final o qual o beneficiário da autorização se comprometeu a exportar. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma autorização, preencha uma linha para cada produto importado.

CAMPO N. 19 - Exportação presumida? (S/N)

Explicação Informe se a exportação é presumida (S) ou física (N).

1. Informar se sua empresa apresentou documentação formal ou solicitou a presença de autoridades indianas em seu estabelecimento para confirmar quais insumos são consumidos na fabricação do produto objeto da revisão exportado, e em quais quantidades, para o propósito de deferimento de autorização. Apresentar documentos comprobatórios.
2. Informar sobre a existência de averiguação adicionais (e.g., verificações, fiscalizações, avaliações, etc.) levados a cabo pela autoridade indiana em sua empresa para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto importado, e em quais quantidades, quando da eventual concessão de abatimentos ou devoluções excessivas deferidas por meio de autorização, ou ainda no caso de descumprimento das obrigações assumidas por sua empresa.
3. Informar se a empresa ou alguma de suas partes relacionadas reimportou o produto objeto da revisão durante o período de revisão.

# Deemed Exports (Exportações presumidas):

1. Quando da realização de exportações presumidas – vendas de mercadorias que serão utilizadas como insumos por outra empresa doméstica para a fabricação de produtos que serão fisicamente exportados – informar se sua empresa recebe benefícios nessa condição de intermediária. Se sim, discriminar quais são os benefícios.
2. Informar se sua empresa é dispensada do pagamento de direitos aduaneiros ou tributos quando da aquisição dos insumos utilizados na fabricação dos produtos das exportações presumidas. Se sim, discriminar quais são os tributos.
3. Informar qual documentação sua empresa apresentou para confirmar a realização da exportação presumida e qual documentação comprova a subsequente exportação física.
4. Informar qual documentação sua empresa apresentou para confirmar a realização da exportação presumida para fins de dispensa dos tributos incidentes sobre a aquisição dos insumos utilizados.
5. Apontar se a empresa adquiriu insumos ou máquinas abrangidas pelo benefício das exportações presumidas. Caso tenha adquirido, apresentar a data da aquisição, o valor pago, a empresa fornecedora, bem como os tributos que deixaram de ser recolhidos na aquisição.

# Central Capital Investment Subsidy Scheme - CCISS

1. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela ou se usufruíram de benefícios oriundos deste regime mesmo depois de seu eventual encerramento. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem.
2. Explicar detalhadamente a natureza do regime. Indicar que tipo de contribuição financeira é recebida no âmbito do programa (aportes de capital, fornecimento de bens de capital ou assistência à aquisição de bens de capital, etc.).
3. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
4. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
5. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
6. **MEIS - Merchandise Exports Incentive Scheme**
7. Ao responder à questão geral 1 da Subseção D.1, especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação dos insumos utilizados na produção do produto objeto da revisão que podem ser isentados/compensados com o crédito adquirido pela empresa. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo e a alíquota normalmente incidente sobre ela.
8. No que se refere aos créditos concedidos à empresa e eventualmente transferidos a terceiros durante o período de análise, fornecer tabela identificando os créditos, os valores de face e os valores de transferência para terceiros.
9. Apresentar dados relativos à totalidade dos insumos/bens importados com a utilização dos créditos obtidos por sua empresa ou partes relacionadas no período de outubro de 2018 a setembro de 2019.

Utilize o ANEXO H para o detalhamento dos produtos importados, conforme orientações a seguir:

CAMPO N. 1 - Data da Importação

Explicação Informe a data do efetivo desembaraço dos insumos/bens importados durante o período de análise.

CAMPO N. 2 - Número do documento de importação

Explicação Informe o número do documento que acompanhou as importações sob o regime.

CAMPO N. 3 - Produto importado – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 4 - Produto importado – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 5 - Volume importado (em toneladas)

Explicação Informe a quantidade em toneladas de produto importado. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 6 - Valor CIF da importação (US$)

Explicação Informe o valor CIF em dólares estadunidenses para a importação do produto. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 7 - Valor CIF da importação – Moeda Local (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor CIF em moeda local para a importação do produto. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

Campo N. 8 - Nº certificado do crédito.

Explicação Informe o número de certificado de crédito utilizado durante o período de análise.

CAMPO N. 9 - Data autorização.

Explicação: Informe a data da concessão do crédito.

CAMPO N. 10 - Valor do Crédito (informar a moeda reportada).

Explicação Informe o valor total do crédito concedido pela autoridade indiana.

CAMPO N. 11 - Valor dos direitos devidos na importação (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros que seriam normalmente devidos na importação caso não fosse utilizado o crédito.

CAMPO N. 12 - Valor utilizado do crédito (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor dos direitos aduaneiros incidentes na importação efetivamente isentados/compensados por intermédio do crédito.

CAMPO N. 13 - Valor dos direitos efetivamente pagos (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor efetivamente pago dos direitos incidentes na importação.

1. Esclarecer se há outros benefícios oriundos da participação neste programa. Caso haja, explicar detalhadamente a natureza e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.

# DDS - Duty Drawback Scheme

1. Ao responder à questão geral 1 da Subseção D.1, especificar os direitos aduaneiros e demais tributos normalmente incidentes sobre a importação dos insumos utilizados na produção do produto objeto da revisão que podem ser abrangidos pelo DDS. Para cada direito ou tributo, informar a base de cálculo e a alíquota normalmente incidente sobre ela.
2. Informar quais os benefícios usufruídos por sua empresa dentro desse programa explicando detalhadamente a natureza e a forma como a empresa aufere esses benefícios. Indicar dados bancários da conta onde são depositados os reembolsos do programa.
3. Informar as alíquotas de DDS para os produtos exportados pela empresa. Reportar a legislação e as tabelas atualizadas com os produtos e as alíquotas respectivas.
4. Esclarecer como funciona o sistema governamental que garante que o reembolso relativo às exportações efetuadas no âmbito do DDS não gera restituições em valor superior ao dos tributos devidos na importação dos insumos.
5. Apresentar os dados relativos à totalidade das exportações de quaisquer produtos no período de outubro de 2018 a setembro de 2019 e os valores correspondentes à totalidade dos créditos de **Duty Drawback Scheme** auferidos por sua empresa, e pelas partes relacionadas, relativos àquelas exportações, no ANEXO I, conforme legenda a seguir:

CAMPO N. 1 - Data da Exportação

Explicação Informe a data da exportação que gerou o reembolso do DDS.

CAMPO N. 2 - Número documento de exportação

Explicação Informe o número do documento que identifica as exportações dos produtos que deram origem ao reembolso do DDS.

CAMPO N. 3 - Número fatura comercial

Explicação Informe o número da fatura comercial emitida por sua empresa relativa às exportações dos produtos que deram origem ao reembolso do DDS.

CAMPO N. 4 - Produto Exportado – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto exportado.

CAMPO N. 5 - Produto Exportado – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto exportado.

CAMPO N. 6 - Quantidade (em toneladas)

Explicação Informe a quantidade exportada em toneladas.

CAMPO N. 7 - Destino

Explicação Informe o código correspondente à destinação final do produto exportado, conforme a legenda que segue:

01 – Exportação para o Brasil

02 – Exportação para terceiros países

03 – Exportações presumidas (“**Deemed exports**”)

CAMPO N. 8 - Categoria do cliente

Explicação Informe a categoria do cliente dentre as seguintes:

1 = usuário industrial

2 = consumidor final

3 = **trading companies**

4 = distribuidores locais

5 = varejistas

6 até n = especificar qualquer outra categoria

Identificar os clientes que se enquadrem em mais de uma categoria e fornecer a justificativa.

CAMPO N. 9 - Valor FOB exportação (US$)

Explicação Informe o valor FOB em dólares estadunidenses das exportações do produto, a partir do qual foi calculado o reembolso do DDS.

CAMPO N. 10 - Alíquota do DDS

Explicação Informe a alíquota do DDS referente ao produto exportado para calcular o montante do reembolso do programa.

CAMPO N. 11 - Valor reembolsado (informar a moeda utilizada)

Explicação Informe o valor reembolsado relativo ao crédito DDS.

CAMPO N. 12 - Data do Crédito.

Explicação Informe a data em que ocorreu o reembolso relativo ao crédito DDS

CAMPO N. 13 - Essa exportação gerou crédito para programas adicionais?

Explicação Em caso de resposta afirmativa, preencha os campos 14 e 15 relativos a cada programa adicional, acrescentando novas colunas caso haja mais de um programa adicional.

CAMPO N. 14 - Programa adicional

Explicação Informar o nome do programa adicional

CAMPO N. 15 - Valor do crédito do programa adicional (informar a moeda utilizada)

Explicação Informar o valor do crédito do programa adicional

# Programa de dedução de rendimentos tributáveis (Seção 80IC)

1. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa dentro desse programa. Caso a empresa tenha usufruído de algum benefício dentro desse programa, explicar detalhadamente a natureza e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
2. Esclarecer quais são as alíquotas e base de cálculo referentes ao programa em questão, bem como quais são as alíquotas e base de cálculo empregadas de modo geral para empresas não beneficiadas pelo programa. Esclarecer como é realizada a contabilização e o reconhecimento do tratamento tributário especial nas demonstrações financeiras da empresa. Indicar, nas declarações de imposto de renda, em quais campos são registradas as deduções da base de cálculo ou das alíquotas aplicáveis.
3. Indicar qual a localização das unidades que são beneficiadas pelo programa em tela.

**Programas do Estado de Gujarat**

1. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Gujarat. Caso afirmativo, responder às perguntas que se seguem.
2. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada durante o período investigado das plantas ou unidades localizadas no Estado de Gujarat.
3. **Electricity Exemption Scheme - GEDES**
4. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Gujarat, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
5. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Gujarat**. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
6. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
7. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.

**Programas de subsídios do Estado de Maharashtra**

1. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Maharashtra. Caso afirmativo, responder às perguntas que se seguem. Caso a empresa não tenha se beneficiado dos regimes indicados ou a pergunta não se aplique, responder “Não se aplica”.
2. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada durante o período investigado das plantas ou unidades localizadas no Estado de Maharastra.
3. **Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises/Large scale industries:**
4. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
5. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
6. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
7. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
8. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
9. **Financial incentives for MSMEs:**
10. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
11. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
12. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
13. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
14. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
15. **Incentives for large scale units / Projects & Special lDIS:**
16. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
17. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
18. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
19. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
20. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
21. **Industrial promotion subsidy for large scale industries and special lSIS:**
22. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
23. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
24. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
25. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
26. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
27. **Incentives for Mega Projects/Ultra-MegaProjects:**
28. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Maharashtra e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
29. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
30. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
31. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
32. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
33. **Incentives of Industrial Promotion Subsidy:**
34. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Maharashtra e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
35. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
36. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
37. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
38. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
39. **Interest Subsidy:**
40. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Maharashtra e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de **Maharashtra**, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
41. Explicar detalhadamente a natureza do regime.
42. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
43. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do estado de **Maharashtra**, explicando de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
44. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
45. **Electricity Duty Exemption** e **Power Tariff Subsidy:**
46. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Maharastra e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Maharastra, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
47. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do Estado de Maharastra. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
48. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
49. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.
50. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
51. **Stamp Duty Exemption:**
52. Apresentar os dados relativos às operações de sua empresa que se beneficiaram da isenção do imposto sobre o selo em Maharashtra, no ANEXO J, conforme orientação a seguir:

CAMPO N. 1 - Operação

Explicação Informe a operação beneficiada pela isenção do imposto sobre o selo.

CAMPO N. 2 - Data da operação

Explicação Informe a data em que foi realizada a operação.

CAMPO N. 3 - Base de cálculo

Explicação Informe a base de cálculo do imposto incidente sobre a operação.

CAMPO N. 4 - Alíquota

Explicação Informe a alíquota incidente sobre a base de cálculo do imposto.

CAMPO N. 5 - Valor do imposto (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor do imposto que seria devido se não houvesse o programa de subsídio.

CAMPO N. 6 - Valor do imposto pago (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor do imposto efetivamente pago pela empresa na operação.

**Programas de subsídios do Estado de Uttar Pradesh**

1. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Uttar Pradesh. Caso afirmativo, responder às perguntas que se seguem. Caso a empresa não tenha se beneficiado dos regimes indicados ou a pergunta não se aplique, responder “Não se aplica”.
2. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada durante o período investigado das plantas ou unidades localizadas no Estado de Uttar Pradesh.
3. **Investment Promotion Scheme:**
4. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Uttar Pradesh e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Uttar Pradesh, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
5. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do Estado de Uttar Pradesh. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
6. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
7. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada a partir das citadas plantas ou unidades durante o período investigado.
8. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.
9. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
10. **Capital Interest Subsidy Scheme:**
11. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Uttar Pradesh e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Uttar Pradesh, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
12. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do Estado de Uttar Pradesh. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
13. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
14. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada a partir das citadas plantas ou unidades durante o período investigado.
15. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.
16. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
17. **Infrastructure Interest Subsidy Scheme:**
18. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Uttar Pradesh e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Uttar Pradesh, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
19. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do Estado de Uttar Pradesh. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
20. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
21. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada a partir das citadas plantas ou unidades durante o período investigado.
22. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.
23. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
24. **Industrial Quality Development Subsidy Scheme:**
25. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Uttar Pradesh e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Uttar Pradesh, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
26. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do Estado de Uttar Pradesh. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
27. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
28. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada a partir das citadas plantas ou unidades durante o período investigado.
29. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.
30. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
31. **EPF Reimbursement Scheme:**
32. Esclarecer se plantas ou unidades de sua empresa ou de empresas relacionadas localizam-se dentro do Estado de Uttar Pradesh e foram beneficiadas, de alguma maneira, pelo programa em tela. Em caso afirmativo, responder as perguntas que se seguem. Caso haja unidades de sua empresa/empresas relacionadas no Estado de Uttar Pradesh, mas não tenha havido qualquer benefício por conta do regime mencionado, esclarecer o motivo do não beneficiamento.
33. Informar qual o benefício usufruído por sua empresa/empresas relacionadas dentro desse programa do Estado de Uttar Pradesh. Explicar detalhadamente a natureza do regime e de que forma a empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão.
34. Explicar o critério de elegibilidade que possibilitou a empresa usufruir de tais benefícios.
35. Informar qual foi a produção de filme PET e qual a quantidade exportada a partir das citadas plantas ou unidades durante o período investigado.
36. Informe qual o montante de energia elétrica a empresa pagou no período investigado e qual seria o montante de energia elétrica pago em caso de inexistência do programa.
37. Anexar a legislação competente e atos oficiais do governo relacionados ao regime.
38. **Stamp Duty Exemption:**
39. Apresentar os dados relativos às operações de sua empresa que se beneficiaram da isenção do imposto sobre o selo em Uttar Pradesh, no ANEXO L, conforme orientação a seguir:

CAMPO N. 1 - Operação

Explicação Informe a operação beneficiada pela isenção do imposto sobre o selo.

CAMPO N. 2 - Data da operação

Explicação Informe a data em que foi realizada a operação.

CAMPO N. 3 - Base de cálculo

Explicação Informe a base de cálculo do imposto incidente sobre a operação.

CAMPO N. 4 - Alíquota

Explicação Informe a alíquota incidente sobre a base de cálculo do imposto.

CAMPO N. 5 - Valor do imposto (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor do imposto que seria devido se não houvesse o programa de subsídio.

CAMPO N. 6 - Valor do imposto pago (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o valor do imposto efetivamente pago pela empresa na operação.

**Outros programas de subsídios utilizados:**

# Outros programas de subsídios utilizados

1. Caso a empresa tenha recebido, de qualquer outra forma, benefícios por meio de outros programas não mencionados neste questionário, sejam eles **nacionais ou subnacionais**, explicar detalhadamente a natureza e a forma qual empresa aufere esses benefícios, bem como os montantes recebidos durante o período de revisão. Anexar a legislação referente, a autoridade outorgante e atos oficiais do governo relacionados ao regime.

**APÊNDICE I**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

PARTE INTERESSADA:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Certifico a veracidade das informações contidas neste questionário e estou ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação **in loco** pela SDCOM.

Autorizo a SDCOM a utilizar as informações apresentadas neste questionário.

Estou ciente de que as informações apresentadas em caráter confidencial, desde que fundamentadas, serão tratadas como tal e não serão reveladas sem autorização expressa da parte que represento, observadas as disposições legais pertinentes.

Local e data

Assinatura do representante legal

Nome legível do representante legal

Cargo do representante legal

1. Por capacidade de produção, entende-se aquela que se obtém mediante o funcionamento pleno da unidade de produção. [↑](#footnote-ref-1)